

## Alguns problemas ligados ao emprego de azulejos «mudéjares» em Portugal nos séculos XV e XVI

**Maria José Goulão**

**(Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto)**

GOULÃO, Maria José – *Alguns problemas ligados ao emprego de azulejos «mudéjares» em Portugal nos séculos XV e XVI*. Sep. de: “Relaciones artísticas entre Portugal y España”. [S.l.]: Junta de Castilla y Leon, 1986. p. 129-154.

### I. INTRODUÇÃO: O AZULEJO «MUDÉJAR» COMO PONTO DE PARTIDA DA DECORAÇÃO MURAL AZULEJADA EM PORTUGAL

A larga e antiga tradição do emprego de azulejos como elemento decorativo em Portugal tem as suas raízes em Espanha<sup>1</sup>. Com efeito, os primeiros exemplares de azulejos existentes no nosso país foram importados dos grandes centros produtores espanhóis, que se mantiveram durante largos anos como os únicos fornecedores do mercado nacional.

Ao longo das centúrias de Quatrocentos e Quinhentos, as remessas vindas de Espanha, umas de grande vulto e de valor artístico inestimável, outras mais modestas, transformaram radicalmente o aspeto de muitos dos nossos edifícios de carácter religioso e civil. A decoração cerâmica tornou-se de tal forma apreciada que se criou uma verdadeira moda, o que se compreende tendo em conta o grande efeito decorativo dos azulejos «mudéjares», o seu relativamente baixo custo e fácil aplicação.

O começo da produção nacional e a criação de oficinas no nosso país surgem assim como resposta a este gosto pela decoração cerâmica, originando uma tradição artística que não mais se perdeu<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> A própria palavra *azulejo*, idêntica ao termo espanhol e que deve ter chegado a Portugal com os primeiros exemplares importados da Andaluzia e do Levante, confirma a influência espanhola na criação do gosto nacional pela decoração cerâmica. Segundo J.M. dos Santos Simões, os mais antigos documentos escritos encontrados até hoje em Portugal nos quais aparece a palavra *azulejo* – ou *azuleijo* – são os forais manuelinos de inícios do século XVI (RAFAEL SALINAS CALADO: *Azulejos – Cinco séculos de azulejo em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980, s/p e J.M. DOS SANTOS SIMÕES: *Azulejaria em Portugal nos séculos XV e XVI – Introdução geral*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969, pp. 41 e 42).

<sup>2</sup> «Só no final da era quinhentista, durante o período do domínio espanhol (1580-1640), quando o País perde a independência, é que o azulejo adquire a personalidade e o carácter que o virá a nacionalizar. A situação política, longe de afetar o desenvolvimento da arte azulejar, vem facilitá-lo através dos meios técnicos trazidos pela importação dos oleiros andaluzes» (RAFAEL SALINAS CALADO: *Ob.cit.*).

## II. TIPOLOGIA DOS AZULEJOS IMPORTADOS DE ESPANHA NOS SÉCULOS XV E XVI

Os azulejos de proveniência espanhola usados entre nós nos séculos XV e XVI são conhecidos pelo termo genérico de «mudéjares». Tal designação liga-se não só aos locais de origem desses mesmos azulejos – as olarias espanholas onde se fazia sentir a influência das produções cerâmicas da arte mudéjar – como também aos motivos ornamentais neles predominantes – entrelaçados complexos e laçarias geométricas, normalmente em disposição radial ou estrelada -, característicos daquela arte espanhola<sup>3</sup>.

Embora o termo em questão continue a ser o conceito operatório mais prático e correto, não deixa no entanto de se revelar de certo modo impreciso para designar de forma genérica uma produção cerâmica abundante e variada, que se estendeu por quase dois séculos. É necessário, portanto, ter em atenção que sob esta terminologia se englobam não só os exemplares diretamente influenciados pela arte mudéjar, como também os produtos de gosto híbrido, com motivos decorativos góticos ou ornamentação de estilo marcadamente renascentista<sup>4</sup>.

Embora o centro por excelência de irradiação da cerâmica mudéjar tenha sido a região da Andaluzia, com prolongamentos em Castela, encontram-se também em Portugal exemplares provenientes de Valência, onde predominou o fabrico do azulejo pintado à mão, sem esmalte e utilizado para pavimentos ou tetos. Existem entre nós azulejos da zona de produção valenciana que diferem grandemente dos modelos sevilhanos, não só pelas técnicas utilizadas no seu fabrico e decoração, como pelo colorido e pelos motivos que apresentam, com reduzida aplicação de temas de inspiração muçulmana.

Os exemplares que nos restam pouco ou nada têm de mudéjar<sup>5</sup> e são raros, deixando pressupor uma importação esporádica e limitada. Optámos no entanto por lhes fazer breves referências ao longo da nossa exposição, pois pensamos que nos podem fornecer alguns contributos quanto às importações em geral, embora o seu estudo ultrapasse talvez o âmbito do nosso trabalho.

---

<sup>3</sup> O Prof. Doutor PEDRO DIAS, no seu livro *O mudejarismo na arte coimbrã – séculos XV e XVI*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979, p. 9, define a arte mudéjar em sentido estrito como as «atividades artísticas dos muçulmanos que vivem em território cristão» e, em sentido amplo, como «qualquer manifestação que em terra cristã tenha influências islâmicas». É evidente que seguimos aqui o conceito mais alargado.

<sup>4</sup> FELICIANO GUIMARÃES: *Azulejos de figura avulsa*, Gaia, Edições Pátria, 1932, p. 17.

<sup>5</sup> O historiador LEOPOLDO TORRES BALBÁS: *Ars Hispaniae – História universal del arte hispânico*, vol. IV, Madrid, Editorial Plus-Ultra, 1949, é o único autor que conhecemos que considera tanto a cerâmica valenciana como a andaluzia como manifestações de arte mudéjar. Pensamos que ao fazê-lo se guiou mais por razões cronológicas do que propriamente pelas afinidades existentes entre ambas, que são efetivamente reduzidas.

Para além das *rajolas*, nome dado ao tipo específico do azulejo valenciano, existem em Portugal vestígios de *alfardons*, ladrilhos de formato hexagonal irregular, e de *losetas*, pequenos ladrilhos quadrados que se combinavam normalmente com os *alfardons*.

Quanto aos azulejos de fabrico andaluz, agrupados sob a designação comum de «mudéjares», encontramos em Portugal exemplares representativos dos três tipos de técnicas utilizadas – o *alicatado*<sup>6</sup>, a *corda seca*<sup>7</sup> e a *aresta* ou *cuenca*<sup>8</sup> -, facto que reflete uma importação abundante, abrangendo um período de tempo relativamente longo.

### III. A CRONOLOGIA DAS IMPORTAÇÕES

Nenhum dos exemplares de azulejos «mudéjares» existentes em Portugal de que temos conhecimento se encontra datado, o que dificulta grandemente a tarefa de estabelecer uma cronologia tanto quanto possível correta das importações. Com efeito, não era hábito dos *alfareros* espanhóis datar ou assinar as suas produções. O fabrico de azulejos em série era considerado mais como uma pequena indústria artesanal do que como uma forma de arte que dignificasse o artesão que executava tal tarefa, não lhe concedendo o estatuto de verdadeiro artista.

Na falta de azulejos datados, teremos que recorrer a exemplares datáveis ou documentados, isto é, àqueles cujas épocas de fabrico ou de instalação se podem depreender de documentos coevos que a eles façam referência clara e precisa. Neste grupo encontram-se os azulejos «mudéjares» sevillanos que revestiam quase totalmente a Sé Velha de Coimbra e que a maioria dos especialistas relaciona com um documento<sup>9</sup>, datado de 31 de outubro de 1503,

---

<sup>6</sup> A técnica do *alicatado* consistia no corte de placas de barro cozido e esmaltado em pedaços de formas geométricas variadas, os *aliceres*, usados depois para compor desenhos policromos regulares. Este processo surgiu em Sevilha possivelmente no século XIII, trazido pelos artífices mouros do reino muçulmano de Granada e perdurou até Quinhentos, embora o seu uso tardio tenha sido esporádico.

<sup>7</sup> Processo simplificado que substituiu a técnica do *alicato* durante o último quartel do século XV, concentrando num só ladrilho quadrado de molde levantino, os motivos até aí obtidos pela junção de vários *aliceres*. Nas placas de barro ainda fresco fazia-se o desenho através de incisões; depois de uma cozedura prévia, enchiam-se essas incisões com imã mistura oleosa que isolava as áreas onde se aplicariam as cores, impedindo a sua mistura. Este processo, muito mais rápido e de baixo custo, permitiu um aumento significativo da produção e, logo, uma maior difusão.

<sup>8</sup> No início do século XVI, generalizou-se o uso da técnica de *aresta* ou *cuenca*. Os desenhos eram obtidos pela pressão de um molde de madeira no barro ainda fresco; as concavidades produzidas pelo molde em alto relevo ficavam delimitadas por arestas, que permitiam um bom isolamento das cores aplicadas nessas concavidades ou *cuencas*.

<sup>9</sup> Documento transcrito de forma incompleta em JOSÉ GESTOSO Y PÉREZ: *História de los barros vidriados sevillanos desde sus orígenes hasta nuestros días*, Sevilha, 1903 (citado por Vergílio CORREIA: *Azulejos*, vol. I, Coimbra, Livraria Gonçalves, 1956, pp. 5-7).

no qual se mencionam vinte mil maravedis de azulejos encomendados por mestre Olivar, entalhador, morador em Coimbra, a Fernán Martínez Guijarro e a Pedro de Herrera, seu filho, oleiros de Triana. Tudo indica que estes azulejos sejam os da Sé Velha de Coimbra, comprados por D. Jorge de Almeida, bispo da diocese, através do mestre entalhador flamengo Olivier de Gand, um dos autores do retábulo da capela-mor do referido templo, aos oleiros sevilhanos de que trata o documento<sup>10</sup>.

Aceitando que os azulejos «de labores» mencionados no documento em questão sejam os exemplares, na sua maioria de *aresta*, que forravam a antiga Sé conimbricense, temos que já no início do século XVI se exportavam para Portugal quantidades consideráveis deste tipo de revestimento cerâmico<sup>11</sup>.

Reynaldo dos Santos insere na sua cronologia de azulejos datados ou datáveis<sup>12</sup> os exemplares de *aresta* encontrados a pavimentar a capela sepulcral de Garcia de Resende, no convento do Espinheiro, em Évora, atribuindo-os ao ano de 1520, com base na data de construção da capela, existente numa inscrição do escudo dos Resende, sobre o pórtico.

Infelizmente, a cronologia dos azulejos datáveis, quanto ao período que nos importa considerar, limita-se a estes dois casos, o último dos quais nem sequer nos dá qualquer indicação sobre a importação propriamente dita.

A investigação heurística, baseada em documentos escritos, efetuada pelos vários historiadores da arte que se debruçaram sobre esta matéria, permite-nos avançar um pouco mais, mas muito há ainda a fazer. A existência de alguns documentos, a maior parte dos quais já devidamente transcritos e publicados por José Gestoso y Pérez<sup>13</sup>, ajuda-nos a deitar alguma luz sobre a cronologia das importações de azulejos «mudéjares» da Andaluzia. Estas ter-se-iam iniciado ainda no século XV, aumentaram de intensidade depois de 1500 e continuaram de forma regular durante mais meio século.

Os primeiros exemplares importados de Sevilha terão sido os mosaicos cerâmicos feitos na técnica do *alicatado*, no pavimento da capela e do quarto dito de D. Afonso VI, no Paço de Sintra. Embora surjam dúvidas quanto à sua origem sevilhana<sup>14</sup>, defendida por Reynaldo dos Santos<sup>15</sup>, o certo é que, a

---

<sup>10</sup> São desta opinião PEDRO DIAS: *Ob.cit.*, pp. 38-40, VERGÍLIO CORREIA: *Ibidem* e REYNALDO DOS SANTOS: *O azulejo em Portugal*, Lisboa, Editorial Sul Limitada, 1957, pp. 39-43.

<sup>11</sup> «Sin embargo el mayor desarrollo de la nueva técnica debió tener lugar en el último cuarto del siglo (compitiendo com el entonces floreciente de cuerda seca). (...) La gran exportación que de estos azulejos se llevó a cabo en Sevilla por los años de 1500 a diversos puntos de la Península incluso a Portugal, corrobora lo antes expuesto» (SANCHO CORBACHO: *La cerámica andaluza – Azulejos sevillanos del siglo XVI de cuenca*, Sevilha, 1953, citado por REYNALDO DOS SANTOS: *Ob. cit.*, p. 42).

<sup>12</sup> REYNALDO DOS SANTOS: *Ob. cit.*, p. 154.

<sup>13</sup> JOSÉ GESTOSO Y PÉREZ: *Ob. cit.* Esta obra parece-nos fundamental, mas não foi possível consultá-la diretamente visto ela não se encontrar nas nossas bibliotecas.

<sup>14</sup> J.M. DOS SIMÕES: *Ob. cit.*, pp. 57-59.

confirmar-se esta filiação, se encontram entre os mais antigos exemplares importados da Andaluzia que se conservam em Portugal. Com efeito, sendo o *alicatado* uma técnica anterior a da *corda seca* e à da *aresta*, que representam estádios evolutivos superiores, é de crer que estes exemplares tenham sido importados no século XV, numa data posterior à tomada de Arzila por D. Afonso V em 1471 e possivelmente anterior a 1479, altura em que num documento referente ao *alfarero* Fernán Matínez Guijarro se lê que «*por ser muy buen oficial de Potogal e de otras partes lo bienen a buscar e llevar de su obra para todo el reyno*»<sup>16</sup>. Seja qual for o tipo de azulejos a que se refere o documento de 1479, o certo é que nesta data já se efetuavam exportações de Sevilha para o nosso país<sup>17</sup>.

As importações mantêm-se de forma contínua durante a primeira metade do século XVI, conforme se depreende não só da existência de importantes núcleos de azulejos «*mudéjares*» de *corda seca* e de *aresta*, como também dos vários documentos escritos que a elas se referem.

Datada de 14 de junho de 1501, existe uma escritura pela qual Pedro de Herrera vendeu a Alfon Álvarez «*cierta labor de su oficio*» (não se sabe que tipo de cerâmica seria, mas podia bem tratar-se de azulejos), com a condição de lhe comprar em Portugal um escravo, obrigando-se a trazê-lo para Sevilha<sup>18</sup>.

Em 24 de maio de 1502, «*Esteban Rodríguez, armador de sardina, vecino de Sezimbra que es en el reino de Portugal reconoció en su favor una deuda de 400 maravedizes, importe de 200 azulejos que de aqui recibió*»<sup>19</sup>.

Em 17 de outubro de 1503, «*Agustín González, mercador estante en la ciudad de Lisboa, reconocióse deudor de Pedro de ferrera e de Diego Rodríguez de San Román por 6.070 maravedís de cierta labor que les compro*»<sup>20</sup>.

Também esta escritura é ambígua quanto ao tipo de cerâmica que foi objeto de transação, mas sendo a oficina de Pedro de Herrera especializada na produção de azulejos, deve ser este o produto em questão.

---

<sup>15</sup> REYNALDO DOS SANTOS: *Ob. cit.*, pp. 27-30.

<sup>16</sup> Transcrito por JOSÉ GESTOSO Y PÉREZ: *Ob. cit.*, cap. VII, pp. 175 e sgs. (citado por VERGÍLIO CORREIA: *Ob. cit.*, pp. 5-7).

<sup>17</sup> «*A recente descoberta de pavimentos alicatados numa capela do claustro da Sé de Lisboa, ainda em estudo, poderá constituir um notável documento da utilização deste raro tipo de cerâmica, num período do século XIV*» (RAFAEL SALINAS CALADO: *Ob. cit.*).

<sup>18</sup> JOSÉ GESTOSO Y PÉREZ: *Ob. cit.* (citado por REYNALDO DOS SANTOS: *Ob. cit.*, pp. 42 e 43 e por J.M. DOS SANTOS SIMÕES: *Ob. cit.*, p. 65).

<sup>19</sup> JOSÉ GESTOSO Y PÉREZ: *Ob. cit.*, p. 376 (citado por REYNALDO DOS SANTOS: *Ob. cit.*, p. 38). J.M. DOS SANTOS SIMÕES: *Ob. cit.*, pp. 65 e 66, apresenta uma versão ligeiramente diferente do mesmo documento.

<sup>20</sup> JOSÉ GESTOSO Y PÉREZ: *Ob. cit.*, p. 266 (citado por REYNALDO DOS SANTOS: *Ob. cit.*, pp. 35 e 36).

De 31 de outubro de 1503 é o documento já atrás referido, parte do qual, na versão de Vergílio Correia, passamos a citar: «*Deve maestro olivar entallador veçino de la çibdad de Coynbra quês en el reyno de portogal a ferrand [sic] martines guijarro e a Pedro de ferrera su fijo veçinos de Triana presente el dicho Pedro de ferrera, o a qualquiere delos, etc... veynte mill maravedis de esta moneda usual que corre en castilla... que son en su poder de que es pagado e renuncian la esebcion...*»<sup>21</sup>.

No *Livro truncado da receita e da despesa de André Gonçalves*, do ano de 1508, mencionam-se também remessas de azulejos: «*Item Em quatorze dias do mês de dezembro do quinhentos e oito Reçebeo o dito almoxarife de Diogo barbudo veador das obras dez mill e çemto e corenta e seis peças dos quaes lhe deu conhecimento em forma*»<sup>22</sup>.

No foral de Lisboa, reformado em 1501, também se faz referência aos azulejos «*que vierem de fora do Regno per foos*» ou que «*aportaram ou entraram em algum outro lugar e porto do Regno, assi do mar quomo da terra*»<sup>23</sup>.

Todos estes documentos ilustram uma abundante corrente de importações. Na maior parte dos casos, deve tratar-se de exemplares de *aresta*, cuja manufatura adquire, por volata de 1500, importância muito superior. O fabrico de azulejos de *corda seca* em território cristão parece limitar-se ao reinado dos Reis Católicos, sendo estes muito mais raros em Portugal.

Os azulejos de *aresta* espalharam-se no nosso país a partir do início do século XVI, sob o influxo das obras manuelinas. Os últimos destes tipos sevilhanos enviados para Portugal foram talvez os da quinta de Bacalhoa. Como as obras desta casa se concluíram em 1554, segundo a inscrição da entrada, deve ter sido por esta altura que se colocaram os últimos exemplares importados de Sevilha. Encerrava-se assim o ciclo do azulejo «mudéjar», que abrangeu um período ligeiramente superior a cem anos de meados do século XV a meados da centúria seguinte<sup>24</sup>.

Quanto aos azulejos para pavimentos valencianos, sabemos que Manises os exportou para vários países europeus, onde eram muito apreciados desde finais de Trezentos até a inícios do século XVI, altura em que as oficinas da

---

<sup>21</sup> JOSÉ GESTOSO Y PÉREZ: *Ob. cit.* (citado por VERGÍLIO CORREIA: *Ob. cit.*, pp. 5-7).

<sup>22</sup> Documento transcrito na obra do Conde de SABUGOSA: *O Paço de Cintra*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903, p. 222.

<sup>23</sup> Documento transcrito em JOAQUIM DE VASCONCELLOS: *Cerâmica portuguesa*, II Série, Porto, Tipografia Elzeviriana, 1884, p. 112.

<sup>24</sup> Nesta altura – meados do século XVI – a louça e os azulejos de Talavera de la Reina, onde se desenvolveu a técnica da *majólica* importada de Itália, começaram a impor-se, acabando por arruinar as olarias mudéjares de Sevilha.

zona de Valência entraram em declínio devido à concorrência das peças de *aresta sevilhanas*<sup>25</sup>.

Portugal participa dessa exportação no século XV, sendo talvez os ladrilhos valencianos encontrados no Paço Real da Alcáçova, em Lisboa, no antigo Paço dos Infantes, em Beja, na quinta de Bacalhoa, em Azeitão, no convento de Jesus, em Setúbal e no Paço Real e na quinta do Alto, em Sintra, os testemunhos mais antigos da importação de azulejos espanhóis. Estes exemplares devem ter sido produzidos e exportados para Portugal num período de tempo que antecedeu e abrangeu o apogeu dos centros manufactureiros de Manises e Paterna, isto é, entre 1460 e 1480<sup>26</sup>.

#### IV. AS FONTES DE IMPORTAÇÃO

Para a importação de azulejos «mudéjares», recorreu-se sobretudo às olarias de Sevilha, que foram desde o século XV o grande foco de produção. Além das provas documentais já acima referidas, as semelhanças de padrão entre alguns azulejos da quinta da Bacalhoa e do convento da Conceição de Beja e os exemplares existentes na igreja do convento de Santa Paula e na casa de Pilatos de Sevilha<sup>27</sup>, reforçam esta hipótese e são indicadores claros da preferência dada em Portugal à produção sevilhana.

As obras do Alcácer de Sevilha, que se prolongaram de 1360 até cerca de 1500, atraíram inúmeros artífices e ceramistas vindos do reino mouro de Granada. Estes acabaram por se fixar na região, indo trabalhar para as antigas oficinas mouriscas de olaria existentes desde o século XII e cuja produção se tinha mantido sem grandes alterações, apesar da reconquista de Sevilha em 1271.

---

<sup>25</sup> LEOPOLDO TORRES BALBÁS: *Ob. cit.*; JUAN AINAUD DE LASARTE: *Ars Hispaniae – Historia universal del arte hispânico*, vol. X, Madrid, Editorial Plus-Ultra, 1952.

<sup>26</sup> Várias tentativas de datação, tanto quanto possível exata, dos azulejos levantinos existentes em Portugal foram já levadas a cabo. De entre a muita bibliografia, destacamos J.M. DOS SANTOS SIMÕES: *Azulejos de Beja*, «Arquivo de Beja», vol. I, fasc. IV, Outubro-Dezembro 1944, pp. 309-323, *Idem*, *Ob. cit.*, pp. 53-55.

<sup>27</sup> CÂNDIDO MARRECAS: *Os azulejos da Casa do Capítulo do Convento da Conceição*, «Diário do Alentejo», Beja, 22.IV.1940, refere-se à «semelhança absoluta entre a barra que termina superiormente o silhar da Casa do Capítulo, e a outra que forma a volta abatida sobrejacente à estátua tumular do sepulcro de Don León Enrique, na igreja de Santa Paula, em Sevilha». Diz ainda este autor: «O desenho desta cercadura é original e muito notável. Representa claramente um exemplar de estilização vegetal (talvez troncos de azinheiras) e é uma variante, mais feliz de desenho, dessa outra barra que encima os painéis que forram interiormente o pátio da chamada Casa de Pilato, em Sevilha. E é tão perfeita a semelhança entre aqueles e os seus irmãos bejenses e tão exata a reprodução do ornato que é lícito supor-lhe origem e molde comum».

REYNALDO DOS SANTOS: *Ob. cit.*, p. 51 e J.M. DOS SANTOS SIMÕES: *Ob. cit.*, p. 70 referem exemplares de azulejos da Bacalhoa semelhantes aos do palácio sevilhano do marquês de Tarifa.

O arrabalde de Triana, situado na margem direita do Guadalquivir, fora, desde o início, o núcleo mais importante de *alfarerías* mudéjares. Em 1491, os Reis Católicos favoreceram o estabelecimento de mouriscos em Triana, dando assim novo impulso às olarias aí existentes, que abasteceram copiosamente o mercado português.

A olaria de Fernán Martínez Guijarro, mais tarde entregue ao seu filho Pedro Herrera, é, de entre as oficinas trianeiras, aquela cujas exportações para Portugal nos parecem mais abundantemente documentadas. A escritura, publicada por Gestoso y Pérez, que acerca de Guijarro diz que «*por ser muy buen oficial de Portugal e de otras partes lo bienen a buscar e llevar de su obra para todo el reyno*»<sup>28</sup>, dá-nos uma ideia da fama alcançada por esta *alfarería*. Não terá certamente sido a única, mas a este respeito os textos da época publicados até à data e de que temos conhecimento, não nos oferecem referências concretas sobre as outras olarias.

Quanto aos azulejos levantinos, eram importados de Valência, centro de fabricação com influências hispano-mouriscas. Sabemos que Manises e Paterna, nos arrabaldes de Valência, exportavam os seus produtos não só para o resto da Península como também para França, Itália e Inglaterra.

Os exemplares de azulejaria valenciana encontrados no nosso país, embora não tenham a sua origem claramente documentada, correspondem aos tipos mais comuns de Manises e Paterna, pelo que é de supor a existência de uma corrente exportadora na direção de Portugal<sup>29</sup>, embora muito mais modesta que a que estabelecemos com Sevilha.

Em relação à zona de Castela, mais concretamente a Toledo, onde se produziram azulejos de *corda seca* e de *aresta*, durante o período que nos interessa estudar, não conhecemos nenhuma prova concreta da sua existência em Portugal. Pode ter havido importações desta região, mas a impossibilidade de separar as produções daquela cidade das de Sevilha, devido à sua semelhança, dificulta a tarefa de as identificar.

---

<sup>28</sup> Documento transcrito por JOSÉ GESTOSO Y PÉREZ: *Ob. cit.*, cap. VII, p. 175 (citado por VERGÍLIO CORREIA: *Ob. cit.*, pp. 5-7).

<sup>29</sup> A este respeito, afirma J.M. DOS SANTOS SIMÕES: *Ob. cit.*, p. 53: «*Portugal participa dessa exportação, à qual não terão sido estranhas as relações estabelecidas pelo Infante D. Pedro (1418-1428) e, mais particularmente, depois do seu casamento com a filha do Conde de Urgel, D. Isabel, e desterro de seu filho, o Condestável D. Pedro, efémero Rei dos Catalães em 1463*».

## V. A COMERCIALIZAÇÃO E O TRANSPORTE DOS AZULEJOS

Pensamos que a maior parte dos contactos com as olarias espanholas, com vistas à importação de azulejos, devia ser feita por intermediários portugueses ou espanhóis, que se encarregavam também, eventualmente, do seu transporte.

Embora escasseiem os dados concretos relativos à sua comercialização, temos alguns documentos sobre o comércio da louça importada de Espanha que nos poderão fornecer esclarecimentos sobre o assunto. O foral de Lisboa, reformado em 1501, e que já citamos parcialmente neste trabalho, estabelece os direitos de portagem a pagar pela louça e azulejos que derem entrada no Reino: «*Item da mallega, e azulejos que vierem de fora do Regno per foos, depois de se pagar ho direito da Alfândega, se aquella mesma pessoa, que ho pagou, quizer tirar hás ditas couzas pera fora, assi per mar, quomo per terra, nom pagaram mais direito de Portage, dizendo per seu juramento, que há dizimou, e vai por sua. Peroo se outrem comprar a dita mallega, e azulejos, e a tirar pera fora da Cidade, e termo, ou há trouver de fora da dita Cidade, e termo pera vender, assi per mar, quomo per terra, nom vindo per foos, pagará dois reis por cento de todo ho que custar per juramento das partes. E se há dita mallega, e azulejos aportaram, ou entraram em alguu outro lugar e porto do Regno, assi do mar quomo da terra, e hi se pagar seu direito, se depois vierem aha dita Cidade, posto que pela foos venham, nom se pagará aqui mais direito da entrada que os ditos dois reis por cento. E isto pollas pessoas, que há trouverem pera vender*»<sup>30</sup>. Este texto, que tem pelo menos o interesse de ser dos poucos que se referem concretamente à comercialização dos azulejos, prova a existência de comerciantes que se encarregavam do transporte daqueles para Portugal, juntamente com a louça, para aqui serem transacionados.

Creemos que os azulejos, que não eram naquele período um artigo de uso comum, seriam objeto de encomendas especiais, feitas através dos mercadores de louças que se deslocavam a Espanha, ou de intermediários possuindo negócios no país vizinho e escolhidos para o efeito.

Nos documentos citados por Gestoso y Pèrez, menciona-se quase sempre um intermediário. Na escritura de 14 de junho de 1501, Pedro de Herrera vendeu o produto do seu trabalho a um tal Alfon Álvarez, que devia ser um comerciante habituado a operar entre os dois países, pois comprometia-se a comprar um escravo em Portugal e a entregá-lo em Sevilha ao referido oleiro.

---

<sup>30</sup> Documento transcrito em JOAQUIM DE VASCONCELLOS: *Ob. cit.*, p. 112.

O mercador radicado em Lisboa Agustín González, de que fala a escritura de 17 de outubro de 1503, seria talvez um comerciante de louças, estabelecido com a sua tenda na capital e atuando como intermediário.

No documento de 31 de outubro de 1503 também se menciona um intermediário, Juan de Catarranas, que deveria trazer a referida remessa para o porto de Buarcos ou de Coimbra<sup>31</sup>.

As várias posturas da câmara de Coimbra, ao longo de Quinhentos, tendentes a regulamentar a venda da louça importada de Espanha, provam que os intermediários existiam de facto. Assim, em 21 de novembro de 1584, determinou-se que ninguém pudesse vender louça de Talavera ou doutra qualidade senão os que a trouxessem de fora<sup>32</sup>.

Se a existência de intermediários parece ser um ponto assente, quanto mais não seja porque a distância a que se situavam os centros de produção impedia o estabelecimento de contactos diretos entre o comprador e o fabricante, outros aspetos parecem-nos menos claros. Sabemos que existiu na Andaluzia uma feitoria portuguesa que tomou carácter permanente em 1501. Não será de todo absurdo considerar a hipótese de esta feitoria ter tido alguma influência no envio de remessas de azulejos sevilhanos para Portugal. Com efeito, a maior parte dos exemplares importados destinou-se a construções régias ou promovidas por indivíduos ligados de uma forma ou de outra à Casa Real; sendo o feitor o representante oficial do monarca e desempenhando sobretudo funções comerciais, é possível que, eventualmente, tenha sido encarregado de estabelecer contactos com vista ao envio de azulejos de Sevilha, um dos locais, juntamente com Málaga, onde se instalou a feitoria.

Sabemos pelo rol das mercadorias enviadas em cada navio que o feitor chegou a comprar por várias vezes objetos de luxo para Arzila e para Portugal, como luvas, pérolas, prada fiada, espelhos, seda e um cavalo de caça. Manuel Corte-Real, no seu trabalho sobre a feitoria portuguesa na Andaluzia, diz: «*Compreende-se que fosse tentador para o Rei, uma vez que lá tinha um*

---

<sup>31</sup> Cita-se aqui o documento tal como aparece transcrito em VERGÍLIO CORREIA: *Ob. cit.*, pp. 5-7 (refere JOSÉ GESTOSO Y PÉREZ: *Ob. cit.*): «*Deve maestre olivar entallador veçino de la çibdad de coynbra quês en el reyno de potogal a ferrand [sic] martines guijarro e a Pedro de ferrera su fijo veçinos de Triana presente el dicho pedro de ferrera o a qualquiere dellos, etc... veynte mill maravedis de esta moneda usual que corre en castilla... que son de cierta obra de azulejos de labores que dellos rescibieron comprados que son en su poder de que es pagado e renunçian la esebcion etc... pagar en la dicha cibdad de coynbra o en el puerto de boarcos o en qualquier dellos a Juan de Cantarranas vecino de ... o a quien en su poder oviere del dia que llegare o a qualquier de los puertos de coynbra o de boarcos en ocho dias primeros siguientes por que de quantos dias pasarem mas delos dichos ocho dias que non le daran los dichos maravedis al dicho Juan de Cantarranas especialmente obliga e ypoteca la dicha mercadoria de azulejos – Pedro Fernadez escribano de sevilha (rubrica) 31 de Octubre de 1503*».

<sup>32</sup> JOAQUIM M. TEIXEIRA DE CARVALHO: *Cerâmica coimbrã no século XVI*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921, p. 24.

*agente seu, fazer encomendas deste género»*<sup>33</sup>. Se a feitoria foi utilizada para a compra de objetos de luxo que existiam em Lisboa – embora talvez mais baratos em Espanha -, pode também ter servido, se não para o envio de azulejos, que não constam efetivamente nas listas de mercadorias embarcadas rumo a Portugal, pelo menos para estabelecer contactos com Sevilha, na mira de obter um produto decorativo tão apreciado quanto de fabrico raro ou inexistente entre nós.

É até possível que pequenas remessas de azulejos, pouco significativas para figurarem nas listas de produtos enviados através da feitoria, fossem embarcadas nos navios ao seu serviço; embora muitos destes fossem algarvios, outros eram de Lisboa e Setúbal, locais onde existiam núcleos deste produto cerâmico, ou de Sesimbra, que se encontra mencionada num documento referente a azulejaria.

O objetivo primordial da feitoria consistia no abastecimento das praças marroquinas; poucos barcos ao seu serviço se destinavam a Portugal, embora com ela comerciassem também vários portos do reino. É portanto de supor que aquele nosso entreposto da Andaluzia tenha servido sobretudo como veículo de influências artísticas, facilitando não tanto o transporte de azulejos mas antes os contactos com o gosto local e eventualmente com as oficinas cerâmicas<sup>34</sup>, através do feitor, agente comercial dos monarcas portugueses.

Os azulejos provenientes tanto de Sevilha como de Valência devem ter sido transportados na sua maioria de barco. Este era o meio mais prático de os fazer chegar a Portugal, já que Valência se encontrava bastante afastada do nosso país para permitir que se efetuasse um transporte económico e rápido por terra e que Sevilha, próxima do litoral, distava pouco das costas portuguesas. Ambas as cidades eram bem servidas pelas rotas comerciais e pesqueiras que movimentavam navios dos dois países.

Em 1552, enquanto que a louça branca de Talavera vinha por terra, a de Sevilha chegava-nos por mar, o mesmo acontecendo naturalmente com os azulejos<sup>35</sup>. O intercâmbio comercial e o tráfego marítimo entre Portugal e a Andaluzia eram intensos nesta época. Relativamente ao século XV, há muitos exemplares de «cartas de segurança real» concedidas a marinheiros espanhóis para virem a Portugal trazer mercadorias do seu país<sup>36</sup>.

---

<sup>33</sup> MANUEL HENRIQUES CORTE-REAL: *A feitoria portuguesa na Andaluzia (1500-1532)*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1967, p. 31.

<sup>34</sup> Será interessante ter-se em consideração que o período de existência da feitoria na Andaluzia (1500-1532) coincidiu com a fase de maior expansão produtiva das *alfarías* sevilhanas; é ainda neste período de tempo que se situam as datas atribuíveis a alguns dos núcleos mais significativos de azulejos «mudéjares» existentes em Portugal.

<sup>35</sup> JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO: *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Verbo, 1978, p. 323.

<sup>36</sup> ALBERTO IRIA: *O Algarve e a Andaluzia no século XV – Documentos para a sua história (1466-1480)*, «Anais da Academia Portuguesa de História», II Série, vol. 23, t. I, Lisboa, 1975, pp. 9-83.

As relações pesqueiras entre ambos os países permitiram também os contactos comerciais. No reinado de D. Afonso V, foram concedidos numerosos privilégios aos mercadores espanhóis que aportavam à costa algarvia nos seus «navios de pescar». A exportação de sardinha e de outro peixe para Sevilha e Valência era prática corrente e foi alvo de várias licenças régias em 1470, no que respeita a Valência<sup>37</sup>.

Num dos documentos publicados por Gestoso y Pérez, a que já nos referimos, datado de 24 de maio de 1502<sup>38</sup>, o intermediário encarregado de trazer a encomenda de Sevilha é um «armador de sardinha» de Sesimbra, porto de mar. Este exemplo e os factos acima referidos levam-nos a pensar que a maior parte dos azulejos devia ter sido transportada para Portugal a bordo de navios portugueses ou espanhóis, especializados na pesca ou no comércio marítimo.

Os locais por onde as remessas davam entrada no nosso país, mencionados nos documentos referentes às importações, são quase sempre os portos situados na proximidade dos lugares de instalação dos azulejos, o que corrobora a nossa hipótese. No documento de 31 de outubro de 1503<sup>39</sup>, os azulejos destinados à Sé Velha de Coimbra deviam ser levantados no porto de mar de Buarcos ou no porto fluvial de Coimbra<sup>40</sup>. No foral de Lisboa, reformado em 1501, menciona-se a «*mallega e azulejos que vierem de fora do Regno per foos*»<sup>41</sup>.

No *Livro truncado da receita e da despesa de André Gonçalves*, pode ler-se o seguinte: «*Item acarretou Gonçalo annes gardes dazulejo que estava em bellem oytenta e duas seiras em coremta e hua quaregas (...) Item majs acarretou Johan Rodriguez castelhano dazulejo do que estava em bellem cynquoemta e cymquo seiras em vinte e sete carregas e meia*»<sup>42</sup>... Os azulejos para o Paço de Sintra eram assim descarregados na praia de Belém e depois colocados em seiras ou caixotes, certamente transportados por muares ou outros animais de carga.

As referências documentais aos preços e ao número de azulejos enviados em cada remessa são escassas. A única referência concreta a quantidades

---

<sup>37</sup> «*Item – Alvara de licença a Alvaro Leite e a outros que posam carregar huu naujo pera Valença de pescado cem reais*».

«*Item – Licença aa madre de Don Nuno que mande huua caravella de sardinha a Valença cem reais*».

Documentos publicados em DAMIÃO PERES: *O livro dos recebimentos de 1470 da chancelaria da Câmara*, Lisboa, 1974, pp. 9 a 91.

<sup>38</sup> JOSÉ GESTOSO Y PÉREZ: *Ob. cit.*, p. 376 (citado por REYNALDO DOS SANTOS: *Ob. cit.*, p. 38 e por J.M. DOS SANTOS SIMÕES: *Ob. cit.*, pp. 65 a 66).

<sup>39</sup> JOSÉ GESTOSO Y PÉREZ: *Ob. cit.* (citado por VERGÍLIO CORREIA: *Ob. cit.*, pp. 5-7).

<sup>40</sup> Nos séculos XV e XVI, o tráfego fluvial pelo curso do Mondego até a Coimbra mantinha-se intenso, embora já se fizesse sentir o assoreamento do rio (JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO: *Ob. cit.*, vol. II, pp. 276-278 e vol. III, pp. 308-311).

<sup>41</sup> Documento transcrito em JOAQUIM DE VASCONCELLOS: *Ob. cit.*, p. 112.

<sup>42</sup> Documento transcrito em Conde de SABUGOSA: *Ob. cit.*, p. 229.

aparece no *Livro truncado da receita e da despesa de André Gonçalves*, onde o almoxarife acusa a receção de dez mil cento e quarenta e seis peças<sup>43</sup>.

Para fazermos uma ideia do preço médio de cada azulejo, só nos podemos basear na compra de duzentos exemplares, efetuada por Estevão Rodrigues, que pagou por eles quatrocentos maravedis<sup>44</sup>, o que dá dois maravedis por peça. Sabendo o preço de azulejo, podemos determinar, embora com uma margem de erro razoável, quais as quantidades correspondentes aos preços globais mencionados na documentação. Assim, os vinte mil maravedis da encomenda de Olivier de Gand corresponderiam a aproximadamente dez mil azulejos, enquanto que os seis mil e setenta maravedis pagos por Augustín González deveriam liquidar uma encomenda de três mil peças, se é que se tratava deste tipo de decoração cerâmica.

Um maravedi, ao que pudemos constatar, tinha geralmente o valor de vinte e sete réis. Aceitando o preço médio de dois maravedis por azulejo, esta quantia corresponderia aproximadamente a cinquenta e quatro réis. Se compararmos este preço com o de outros objetos comprados em 1508 por André Gonçalves para obras do paço de Sintra<sup>45</sup>, como por exemplo um ferrolho novo com a sua fechadura e chave estanhada, a oitenta réis, ou um pincel, ou trincha, a quarenta réis, concluímos que cinquenta a sessenta réis por uma peça de azulejo importada não parece ser uma quantia excessivamente elevada.

#### VI. BREVE ANÁLISE DO ESTATUTO SÓCIO-ECONÓMICO DOS PROMOTORES DAS IMPORTAÇÕES. AS PRIMEIRAS REMESSAS DE VULTO COMO REFLEXO DA EXISTÊNCIA DE UMA CORRENTE DE GOSTO ARISTOCRÁTICA E CULTIVADA

As primeiras importações de azulejos «mudéjares» parecem refletir a existência entre nós de um estrato elevado e minoritário, com gostos refinados, viajado, culto e aberto às influências artísticas que se faziam sentir no país vizinho.

Entre os promotores das importações contam-se bispos, reis, infantes da Casa Real e pessoas de alta hierarquia e avultadas posses. A existência de grupos de azulejos «mudéjares» representando brasões e escudos de armas portuguesas, fabricados expressamente em Espanha e enviados juntamente com as remessas de tipos mais comuns, permite-nos identificar algumas

---

<sup>43</sup> Conde de SABUGOSA: *Ob. cit.*, p. 222.

<sup>44</sup> JOSÉ GESTOSO Y PÉREZ: *Ob. cit.*, p. 376 (citado por REYNALDO DOS SANTOS: *Ob. cit.*, p. 38 e por J.M. DOS SANTOS SIMÕES: *Ob. cit.*, pp. 65 e 66).

<sup>45</sup> Conde de SABUGOSA: *Ob. cit.*, pp. 221-243.

dessas personagens que fizeram encomendas deste produto cerâmico para decorar as construções por elas promovidas.

No Paço de Sintra, a maior parte dos exemplares «mudéjares» deve ter sido colocada aquando das grandes obras manuelinas, que transformaram as primitivas construções do tempo de D. João I. O gosto de D. Manuel pelos azulejos estava intimamente relacionado com a sua predileção pelos temas da decoração muçulmana em geral, «*cujo gosto*», segundo as palavras de Reynaldo dos Santos<sup>46</sup>, «*certamente tomara em Espanha, quando por Toledo, Guadalquivir e Segóvia se fizera aclamar herdeiro ao trono peninsular entre as seduções da arte “mudéjar”*». No Paço de Sintra existem alguns azulejos decorados com esferas armilares, na técnica de *corda seca*, que foram sem dúvida uma encomenda de D. Manuel, verdadeiro mecenas renascentista e um dos introdutores do mudejarismo no nosso país, através das obras daquele Paço Real.

Na região de Coimbra, D. Jorge de Almeida foi certamente o introdutor do gosto pelos azulejos «mudéjares», com a sua encomenda, feita através de Olivier de Gand, para a Sé Velha de Coimbra. Aquele bispo, que dirigiu os destinos da diocese de Coimbra entre 1483 e 1543, era filho de D. Lopo de Almeida, primeiro conde de Abrantes e vedor da fazenda de D. Afonso V, e irmão de D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da Índia. Tendo tido uma educação esmerada e gozando de amplos rendimentos, o prelado levou uma vida luxuosa, alcançando grande fama como protetor das artes e dando emprego a inúmeros artistas nas obras que encetou na sua diocese. Pedro Álvares Nogueira, um dos biógrafos do bispo-conde, escreveu a seu respeito, referindo-se à Sé Velha de Coimbra: «*...foi mui devoto de nossa Snrã, e mui amigo desta Igr<sup>a</sup> q a ornou dourou e galanteou toda Como uemos, com estes azulejos E pinturas q dantes não tinha...*»<sup>47</sup>. Atualmente em exibição no Museu do azulejo, em Lisboa, mas pertencente ao Museu Machado de Castro de Coimbra, há uma peça com o escudo de armas de D. Jorge de Almeida que, segundo o Prof. Pedro Dias, deve ter pertencido à mesma encomenda de azulejos que revestiu o interior da Sé<sup>48</sup>.

Muitos dos vestígios de azulejos «mudéjares» espalhados por vários templos da região mondeguinta não serão mais do que aquilo que resta de antigos revestimentos mandados colocar por ordem de D. Jorge de Almeida. Pensa-se também que o forro de exemplares de *corda seca* existente na igreja de Santa Maria de Abrantes foi ali colocado por ordem do bispo, padroeiro do templo.

---

<sup>46</sup> REYNALDO DOS SANTOS: *Ob. cit.*, p. 27; Idem, *Oito séculos de arte portuguesa*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional de Publicidade, s/d, pp. 171 e 172.

<sup>47</sup> PEDRO ÁLVARES NOGUEIRA: *Livro das vidas dos bispos da Sé de Coimbra*, lido, prefaciado e publicado por António G. da R. Madahil, Coimbra, Publicações do Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra, 1942.

<sup>48</sup> PEDRO DIAS: *A arquitetura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença, 1490-1540*, Coimbra, Edições Portuguesas de Artes e Turismo, 1982, p. 202.

Outras encomendas de azulejos devem ter sido feitas pelos Infantes de Beja. D. Fernando e D. Brites, pais do futuro rei D. Manuel I, considerados os «maiores senhores que nunca houve, em Hespanha, que não fossem reis»<sup>49</sup>. Este casal, senhor de quase toda a região de Setúbal, deve ter estabelecido contactos com centros levantinos com vista à importação de *alfardons* e *rajolas* para pavimentos, cujos restos foram encontrados no convento de Nossa Senhora da Conceição em Beja, outrora Paço dos Infantes, no convento de Jesus em Setúbal, fundado em 1494 por Justa Rodrigues Pereira, criada dos Infantes e ama do futuro rei D. Manuel I, e ainda na quinta da Bacalhoa, que pertenceu aos mesmos senhores.

O rei D. Afonso V, irmão de D. Fernando, deve também ter-se interessado pelos revestimentos cerâmicos. Provam-no os pavimentos alicatados da capela e do quarto dito de D. Afonso VI, no Paço de Sintra – embora a sua origem seja enigmática – e os restos de um pavimento feito com azulejos valencianos, encontrados no antigo Paço da Alcáçova de Lisboa e que datam possivelmente das obras de 1460.

Toda a magnífica decoração com azulejos de *aresta* da quinta da Bacalhoa se deve a D. Afonso de Albuquerque, filho único do vice-rei da Índia e senhor de enorme fortuna. Em 1526, acompanhou a Espanha a Imperatriz D. Isabel, assistindo ao seu casamento em Sevilha<sup>50</sup>. Nessa sua estadia na Andaluzia deve ter apreciado as decorações «mudéjares» então em voga. Dois anos mais tarde adquiriu a Bacalhoa e algum tempo depois recorreu às melhores oficinas daquela zona a fim de se fornecer de azulejos para as remodelações que levou a cabo na sua propriedade, encomendando exemplares de qualidade técnica excelente, alguns dos quais com desenhos exclusivos, que se afastam dos tipos sevilhanos mais comuns.

No Paço Ducal de Vila Viçosa foram também encontrados restos de azulejos «mudéjares», entre os quais um conjunto de fabrico sevilhano, hoje exposto no Museu do Azulejo, em Lisboa, com o escudo de armas de D. Jaime de Bragança, que deve ter sido o autor da encomenda.

Todas estas personalidades de relevo, que contribuíram de forma determinante para a generalização do emprego da azulejaria «mudéjar» em Portugal, faziam parte de uma elite cultivada, receptiva às novidades em matéria artística, mas com gostos e opiniões definidos, amante das artes, protetora dos artistas e dotada de um nível de vida que lhe permitia gastar pequenas fortunas em obras de carácter sumptuário.

---

<sup>49</sup> *História genealógica da Casa Real*, livro III, p. 283 (citado por J.M. DOS SANTOS SIMÕES: *Ob. cit.*, p. 55); JOAQUIM M. TEIXEIRA DE CARVALHO: *Ob. cit.*, pp. 222-224.

<sup>50</sup> Informação dada por BRAANCAMP FREIRE: *Brasões da sala de Sintra*, 2ª ed., vol. II, p. 203 (citado por J.M. DOS SANTOS SIMÕES: *Ob. cit.*, p. 70); JOAQUIM M. TEIXEIRA DE CARVALHO: *Ibidem*.

## VII. RAZÕES DA GENERALIZAÇÃO DO EMPREGO DE AZULEJOS «MUDÉJARES». O DISTRITO DE COIMBRA COMO EXEMPLO DA SUA AMPLA UTILIZAÇÃO

Das obras de elite às humildes igrejas paroquiais, os azulejos «mudéjares» revelaram-se durante o século XVI como um elemento decorativo muito divulgado e apreciado. As razões desta generalização prendem-se naturalmente com as vantagens que tal tipo de decoração apresentava. Não sendo um produto excessivamente caro, oferecia possibilidades quase infinitas de utilização, podendo ser usado sem distinção em edifícios de caráter religioso ou civil, em paredes externas ou internas, em abóbodas, pátios, corredores, caixas de escada, bancos de jardim ou salões. O seu brilho esmaltado, as cores fortes e os motivos utilizados conferiam-lhe um acentuado sabor exótico, de que se tirou partido ao associá-lo à arquitetura mudéjar. Nas construções mais modestas, alguns exemplares de azulejos bastavam para guarnecer um frontal de altar ou um rodapé, conseguindo-se sem grande despesa uma decoração policroma duradoura e vistosa.

Em toda a região de Coimbra, o seu uso generalizou-se rapidamente, depois de D. Jorge de Almeida ter encomendado os exemplares que decoravam a Sé Velha. Alguns dos revestimentos cerâmicos existentes nesta região podem mesmo ter sido encomendados em Sevilha juntamente com o que se destinava àquele templo e distribuídos pelo bispo-conde pelas igrejas do padroado da Sé<sup>51</sup>.

No distrito de Coimbra, temos conhecimento de trinta e sete construções diferentes, na sua maior parte igrejas paroquiais, onde foram encontrados vestígios de decoração com azulejos «mudéjares», quase sempre de *aresta* e *sevilhanos*<sup>52</sup>. Em algumas destas igrejas, como na do convento de S. Paulo de Frades, o revestimento cobre ainda uma parte considerável do interior, neste caso a capela-mor.

Perante tão abundante espólio, não restam dúvidas quanto à grande divulgação alcançada entre nós por este tipo de decoração que, segundo o Prof. Pedro Dias, «*era em muitos casos o único toque de luxo ao alcance da bolsa das modestas populações rurais*»<sup>53</sup>.

---

<sup>51</sup> PEDRO DIAS: *Ob. cit.*, p. 252.

<sup>52</sup> ANTÓNIO NOGUEIRA GONÇALVES e VERGÍLIO CORREIA: *Inventário artístico de Portugal – Distrito de Coimbra*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1952 e *Idem, Inventário artístico de Portugal – Cidade de Coimbra*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947.

<sup>53</sup> PEDRO DIAS: *O mudejarismo...*, p. 44.

## VIII. EFEITOS DECORATIVOS ORIGINAIS E INOVADORES CONSEGUIDOS COM OS AZULEJOS «MUDÉJARES»

Em Portugal, o emprego de azulejos «mudéjares» nem sempre se cingiu a uma mera cópia dos efeitos decorativos mais comuns no país vizinho. Com efeito, temos entre nós vários exemplos reveladores de novas conceções decorativas, pouco usuais ou mesmo desconhecidas em Espanha. Como não tivemos acesso direto a alguns dos monumentos onde estas novas conceções se fizeram sentir, limitámo-nos às informações colhidas nas obras de J.M. dos Santos Simões<sup>54</sup> e de Reynaldo dos Santos<sup>55</sup>, que, à falta de novos elementos, nos parecem dignas de crédito, dada a reconhecida envergadura dos autores.

A Sé Velha de Coimbra, hoje preticamente desprovida da sua decoração cerâmica original, teve em tempos um revestimento quase total, de tal modo imponente que se podia considerar um conjunto único. De facto, as peças, na sua maioria de *aresta*, revestiam todas as paredes do templo até ao arranque dos arcos de abobamento, bem como os pilares, as capelas e os arcossólios. O emprego dos azulejos de forma a cobrir as paredes até a grande altura contrastava com as soluções decorativas mais comuns em Espanha, onde aqueles não ultrapassavam normalmente a altura dos lambris. Assim decorado, o interior da Sé Velha devia constituir um exemplo único e grandioso, onde a policromia e o exotismo da cerâmica mudéjar se associavam à sobriedade e pureza de linhas da arquitetura românica e renascentista.

Na igreja conventual de S. Paulo de Frades obteve-se um efeito decorativo notável, tirando-se partido dos desenhos e colorações de forma a obter um conjunto onde impera a monumentalidade. Também a igreja paroquial de S. Mateus, no Botão, concelho de Coimbra, conserva dois frontais do altar-mor da primitiva igreja conventual que são um bom exemplo da arte e originalidade dos ladrilhadores portugueses; neste caso, para obstar a esquemas repetitivos, optou-se por colocar no centro da composição os padrões constituídos por vários azulejos, de esquema octogonal, rodeando-os de outros de desenho miúdo.

A capela de Garcia de Resende, no convento do Espinheiro, em Évora, cujo piso de tijoleira se encontra ornado com azulejos «mudéjares», constitui um exemplo muito raro, único entre nós, da integração destes em pavimentos ladrilhados. Mas é na quinta da Bacalhoa, em Azeitão, que se conservam os melhores exemplos desta busca de soluções originais e imaginativas. D. Afonso de Albuquerque, homem de gosto requintado e de grande sensibilidade, deve ter orientado os ladrilhadores aquando da colocação dos azulejos vindos

---

<sup>54</sup> J.M. DOS SANTOS SIMÕES: *Ob. cit.*.

<sup>55</sup> REYNALDO DOS SANTOS: *Ob. cit.*.

de Sevilha; só assim se pode explicar a originalidade da decoração da escadaria da entrada e de duas das salas da Casa do Lago, onde aqueles foram colocados em diagonal, disposição esta desconhecida na Andaluzia. A busca da monumentalidade e da originalidade sem descuidar uma certa noção do equilíbrio, preocupações que estiveram certamente na base de toda a decoração cerâmica, refletem bem uma adaptação deste tipo de revestimento ao gosto nacional.

Um bom exemplo do emprego profano dos azulejos «mudéjares» é a fonte de Góis, cujo arco se apresenta revestido de exemplares sevilhanos.

O emprego da azulejaria «mudéjar» adquiriu assim no nosso país aspetos inovadores, fruto do gosto e da sensibilidade artística tipicamente nacionais, organizando-se em esquemas que tiram o máximo partido das suas vastas potencialidades decorativas.

## IX. CONCLUSÃO

Resta-nos, à laia de conclusão, sublinhar que o estudo da azulejaria «mudéjar» existente em Portugal não se encontra ainda de modo nenhum totalmente esgotado. Com efeito, à medida que o nosso trabalho foi tomando forma, apercebemo-nos das lacunas existentes neste campo da investigação. Para além das dificuldades que encontrámos para reunir a bibliografia existente em língua portuguesa sobre o assunto, muito dispersa em revistas e jornais, a documentação já transcrita e publicada apresenta-se muito limitada. Algumas das hipóteses levantadas necessitam de ser apoiadas pelo recurso sistemático a fontes escritas, passíveis de esclarecer um certo número de problemas e de colmatar várias lacunas. Parece-nos pois importante insistir na necessidade de um trabalho aturado de transcrição e publicação dessas mesmas fontes, certamente laborioso mas imprescindível para o progresso desta matéria.

Um estudo aprofundado deste assunto terá de se socorrer da análise não só dos aspetos artísticos propriamente ditos, mas também dos factos de ordem económica, social e mental suscetíveis de contribuir de forma determinante para uma compreensão global do fenómeno. Foi segundo esta perspetiva que procuramos, de forma decerto limitada, orientar o nosso trabalho.